

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Comércio Class.: Madeira / Camp. Mogno
 Data: 27/12/92 Pg.: 99

O corte predatório de madeira

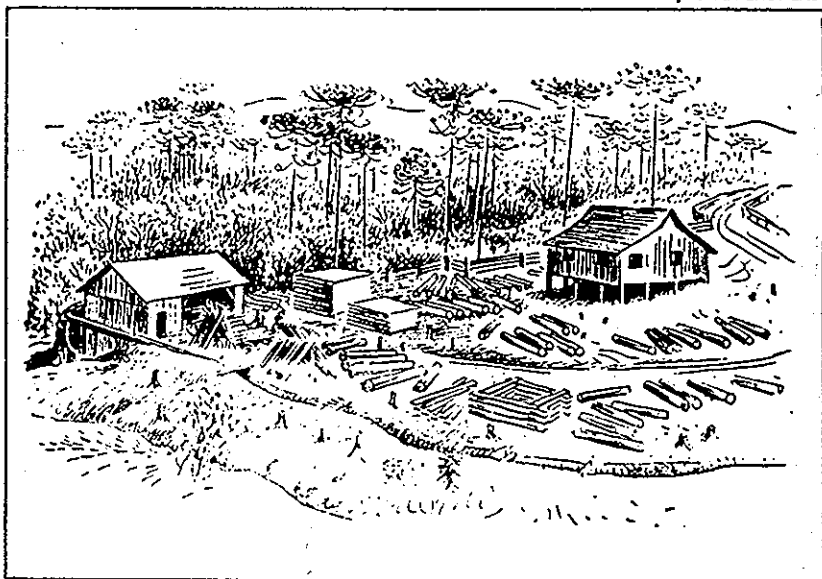
ILUSTRAÇÃO DE PERCY LAU

Neste ano completam-se os 500 anos da chegada dos europeus na América. É o momento certo para fazermos uma avaliação profunda e crítica da trajetória seguida por nossas sociedades ao longo desse período. No que se refere à relação com o meio ambiente, por exemplo, como em muitas outras áreas, o balanço desses séculos pode ser definido como uma verdadeira tragédia. O que nele vamos encontrar é uma história de sucessivos ciclos de exploração predatória dos recursos naturais, visando, principalmente, atender mercados e necessidades externas. As consequências desses ciclos têm sido sempre as mesmas: destruição ambiental, desenraizamento cultural e miséria social.

No nosso País, a exploração do pau-brasil foi o primeiro marco deste processo perverso e suas consequências são bem conhecidas: a ocupação desordenada do território, a desagregação dos povos indígenas, a destruição dos ecossistemas florestais, a extinção de espécies (o próprio pau-brasil praticamente se extinguiu ainda nos primeiros séculos da colonização) e a dilapidação de riquezas naturais para o benefício de uma elite egoísta e de seus associados na economia internacional.

Hoje, cinco séculos depois, pode-se constatar o quanto essa realidade ainda permanece. Um bom exemplo disso é a Amazônia, submetida a um processo irracional de devastação e ocupação desordenada. Já foram desmatados 415 mil km² na Amazônia Legal, equivalente a mais do que um e meio Estado de São Paulo, e os resultados do processo que levou a essa destruição são mais do que questionáveis: enormes fazendas praticamente improdutivas e gerando poucos empregos, garimpos ilegais e poluentes, colonos sem condições dignas de sobrevivência e o avanço da prostituição e do narcotráfico. Ao invés de se fazer um balanço crítico do caminho até agora trilhado, reconhecendo os erros cometidos e buscando caminhos mais equilibrados e ecologicamente viáveis nas áreas já desmatadas (tais como projetos de reforma agrária, agricultura ecológica e recomposição florestal) a frente de expansão continua avançando em direção à floresta, reproduzindo os mesmos erros do passado. É do interesse dos próprios colonos que seu assentamento ocorra de maneira correta nas áreas já abertas, e que não sejam empurrados em direção à mata, onde as condições de vida são mais difíceis. Não faz sentido desmatar ainda mais a Floresta primária, quando o resultado do desmatamento até hoje promovido se revela tão absurdo em termos ecológicos e econômicos.

É irônico perceber que uma das forças econômicas que impulsiona esta penetração destrutiva e desordenada da floresta Amazônica reproduz, hoje, um processo semelhante àquele que quase extinguiu o pau-brasil no início da colonização. A indústria madeireira, principalmente através da exploração predatória do mogno, é hoje res-



ponsável por uma grave ameaça ao futuro da Floresta Amazônica. Sendo o mogno a madeira brasileira mais cotada no mercado internacional, a sua exploração motiva a ambição de grandes madeireiras, que não medem esforços para abrir caminhos na floresta primária em busca de ouro verde. Distribuída de forma descontínua por uma enorme faixa da Floresta Amazônica, que se estende pelo Pará, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Acre, a espécie se distribui em manchas esparsas ao longo da floresta e, para extraí-la, é necessário avançar cada vez mais para o interior da mata. Mais de 3 mil quilômetros de estradas de maior porte, sem contar outros milhares de estradas vicinais, já foram abertos de forma ilegal e descuidados ao longo dos últimos anos. Após o esgotamento da madeira, que ocorre rapidamente, as companhias madeireiras mudam suas atividades para outras áreas, deixando as estradas abertas para a entrada de colonos e fazendeiros, consolidando a destruição da floresta. A exploração madeireira em geral, e particularmente o corte seletivo do mogno, representam, hoje, a ponta de lança da ocupação destrutiva e desordenada da Amazônia.

Outro grave problema se refere ao fato de que um dos principais focos da exploração do mogno ocorre em áreas indígenas. Não são poucos os casos de roubo de madeira nessas áreas, bem como a resistência de muitos destes povos na defesa de suas riquezas naturais. Observa-se, contudo, fortes pressões e tentativas de aliciamento por parte de madeireiras sobre lideranças indígenas em muitos casos com o auxílio de funcionários da própria Funai. Frente a essas pressões, alguns grupos indígenas estabeleceram acordos e contratos que permitem a exploração do mogno em suas terras. Tratam-se de contratos e atividades francamente lesivas aos índios e ao meio ambiente. É necessário ampliar as discussões com os povos indígenas, para eliminar o impacto causado pela exploração desenfreada do mogno de suas terras, e apresentar-lhes, de outro lado, alternativas que possibilitem o acesso do mogno. O que se observa na ocupação das terras da Amazônia é a repetição de processos já conhecidos em outras partes do País, onde os povos indí-

genas são compelidos a acreditar que a dilapidação ambiental orientada a uma exploração irracional e desenfreada dos recursos naturais é o único caminho existente para o acesso a bens do consumo.

O impacto ecológico da fronteira do mogno é igualmente grave. Áreas florestais protegidas também têm sido sistematicamente invadidas pelas madeireiras. É o caso da Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre) entre outras. Por onde a fronteira do corte de mogno passou, esta espécie foi praticamente extinta. Podemos constatar esse fato em várias regiões do Estado de Rondônia, onde ocorreu intensa exploração nos anos 80, ou no Estado do Pará, principal centro de exploração de mogno. Nesse estado, as madeireiras exploraram, nos anos 60, a região do Rio Araguaia e, após o esgotamento das reservas nessa região, avançaram, nos anos 70, pelo eixo da Rodovia PA 150. Nos anos 80, esse mesmo movimento predatório se direcionou para o Ocidente, na direção do Rio Xingu. Hoje, a exploração já cruzou aquele rio e continua avançando. Além do malefício causado pelas estradas abertas sem atenção ou cuidado, para o transporte da madeira, o próprio processo de corte do mogno utilizado na Amazônia brasileira tem impacto ecológico considerável. Estudos têm revelado que, para cada árvore de mogno extraída, cerca de 28 árvores de outras espécies são atingidas e aproximadamente 1.450 metros quadrados de floresta são danificados. As que se tem sobre as informações, possibilidades de manejo e plantio da espécie são ainda incipientes e não comprovadas cientificamente. As poucas madeireiras com as quais se tem realizado experiências de plantio, geralmente em áreas pequenas, não demonstraram nem de longe sua viabilidade e sua capacidade de superar as praças que costumam atingir plantios comerciais dessa espécie. Tais plantações têm servido, freqüentemente, mais como instrumento de propaganda do que como busca concreta de alternativas à exploração da floresta.

Apesar de todos os problemas já mencionados, existem os que ainda defendem a exploração de mogno como força geradora de riqueza econômica para a Região Amazônica. Esse argumento, con-

tudo, deve ser contestado. O setor, que é operado por extensa cadeia de atores informais e intermediários, é dominado por um grupo pequeno — as grandes empresas madeireiras e/ou exportadores, que produzem relativamente poucos empregos e auferem altíssimos lucros com o envio da madeira para fora da Amazônia, seja para o mercado externo ou para o uso crescente por parte dos consumidores mais ricos no interior do Brasil (especialmente na Região Sudeste). Essas madeireiras muitas vezes pertencem a grupos econômicos do Sul do País, que já trabalhavam no setor e, com o esgotamento das reservas de Mata Atlântica e de Araucária, têm avançado, agora, no rumo da Amazônia. Além das irregularidades e impunidades já mencionadas no cumprimento da legislação ambiental, existem fortes indícios de que têm ocorrido crimes de sonegação fiscal e sonegação de informações quanto à origem e ao real volume da madeira explorada.

Diante dos graves fatos mencionados e das evidências de que o avanço da indústria madeireira de mogno, dentro dos moldes em que vêm ocorrendo, está perpetuando e intensificando um modelo de ocupação da Amazônia caótico e predatório, que não interessa à sociedade brasileira, a Coalizão contra o Corte Predatório de Madeira na Amazônia formula as seguintes demandas:

■ Que o poder público brasileiro, através dos seus órgãos competentes no Governo federal, enfrente decididamente o problema, decretando a proibição do corte do mogno na Região Amazônica, até que seja avaliada a extensão dos danos até agora ocorridos e se defina, através de um amplo debate entre as partes interessadas, as medidas cabíveis para que o processo caótico, até agora observado, não tenha prosseguimento.

Essa medida é necessária para que possamos atingir, entre outros, os seguintes objetivos:

1) Que as madeireiras não construam mais estradas ilegais e inadequadas, em direção a floresta primária, e que se dê um destino apropriado às estradas já abertas;

2) Que cesse a exploração ilegal de madeira em áreas reservadas para proteção ecológica;

3) Que cesse a exploração ilegal de madeira em áreas indígenas e reservas extrativistas, ao mesmo tempo em que o poder público se comprometa a apoiar concretamente os esforços das populações que vivem na floresta para encontrar alternativas econômicas não predatórias para a sua sobrevivência;

4) Que cesse a dinâmica de corte predatório que tem provocado a extinção da espécie nas áreas por onde passou a fronteira de exploração do mogno.

Texto da Coalizão contra o Corte Predatório de Madeira na Amazônia, formada pelo Greenpeace e mais 60 Organizações Não Governamentais (ONGs) e sindicatos de trabalhadores.